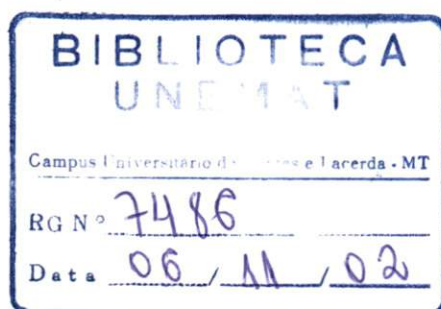


ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

O PODER DA LINGUAGEM NO CENÁRIO POLÍTICO

DORVALINA NUNES

8177
N972 p
Ex 1
C 92569762



PONTES E LACERDA, AGOSTO DE 2002

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

O PODER DA LINGUAGEM NO CENÁRIO POLÍTICO

Ensaio Monográfico apresentado à
UNEMAT/Campus Universitário de Pontes e
Lacerda como requisito final para a obtenção
Do grau de Licenciado (a) em Letras.

Orientadora: Prof^a

Antonia Selma de Oliveira Câmara

Pontes e Lacerda, agosto de 2002

DEDICATÓRIA

A minha querida Mãe (in memória)

AGRADECIMENTOS

A minha querida Mãe, (in memória), esposo
filhos, professores e minha orientadora pela
abnegação: solidariedade e compreensão.
Aos colegas companheiros de todas as horas
pela tolerância e companheirismo com que
nos presentearam em nosso convívio
universitário.

“Toda palavra é sempre parte de um discurso.
E todo discurso se delineia na relação com
outros: dizeres presentes e dizeres em que
alojam na memória.”

(Eni Orlandi: 2001)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I - Linguagem Poder e Democracia: Um resgate na história.	09
CAPÍTULO II - Análise do discurso: Ideologia, poder e linguagem.	18
CAPÍTULO III - O discurso na fala de um homem político: José Sarney.	24
Considerações finais	41
BIBLIOGRAFIA	43
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O meu interesse em recortar como objeto, a Análise do Discurso, em particular a Análise do Discurso Político do senador José Sarney, está em trabalhar a importância que tem a linguagem para o homem, porque a linguagem desempenha um papel fundamental, que é construir em sua formação discursiva, teorias que vêm ajudar a pensar a relação entre a linguagem e sua formação ideológica, todo discurso já segue a sua ideologia, como base de entendimento entre o sujeito e a linguagem, contribuindo assim para averiguar as questões relativas ao poder que a linguagem tem no cenário político, quando o sujeito se apropria dela para persuadir o outro, dentro de um contexto sócio-histórico.

Neste trabalho será analisado, o discurso do senador José Sarney, em defesa a sua filha na tribuna da Assembléia Legislativa em Brasília; sob fundamentação das teorias dadas ao sujeito, e mostrar que toda sociedade possui a sua história e, a linguagem faz parte dessa história que contextualiza o poder da linguagem sobre o sujeito, já que não existe sujeito sem linguagem.

Vamos analisar o discurso, e mostrar que há interesses maiores por trás de um discurso, cujo objetivo é de convencer, persuadir, e a linguagem desempenha este papel. Um bom discurso, convence a quem ouve, e satisfaz a quem discursa. Em nossa sociedade, vivemos esse discurso, que alguns políticos podem utilizar como arma em suas campanhas, cuja finalidade muitas vezes é somente satisfazer seus interesses particulares, e não a de defender interesses de uma coletividade. E a linguagem consegue fazer esse elo de ligação entre o sujeito, poder e a sociedade.

O sujeito, enquanto homem público, na atual conjuntura política compreende as esferas do público e do privado, e conseqüentemente define através do discurso seu espaço de poder, o que estabelece uma multiplicidade de relação de forças presente em toda a estrutura social. Daí a importância em desenvolver este trabalho.

CAPÍTULO I

Linguagem Poder e Democracia: Um resgate na história.

Em um primeiro momento é importante localizar o objeto de Estudo: o discurso político, para melhor compreender a relação entre poder e linguagem. Vamos analisar o poder que a palavra tem, através do discurso político usado na linguagem para adquirir valor de realização dentro de um contexto social apropriado. E, contextualizá-lo no Cenário Político atual, através da análise de referências teóricas na história, principalmente na Grécia Antiga, que delimita melhor o papel da linguagem nas relações políticas e de referencias modernas a partir de Eni Orlandi, Marilena Chauí, Michel foucalt, Maurizio Gnerre e outros.

Sabemos que toda sociedade possui um passado e através deste passado conseguimos compreender melhor o presente, daí a importância de buscar na filosofia da Grécia Antiga o papel da linguagem e a importância do discurso político na comunidade da Polis e, relacionar o papel da linguagem com a prática do discurso político na formação do Estado Moderno e consolidação da democracia.

Os discursos utilizados com caráter fundamental de significação que vêm a séculos simbolizando a importância do discurso nas relações políticas, pode ser comprovado na história da Grécia Antiga nos anos de 367 ou 366 no século IV a.C¹, “ A linguagem é o

¹ E, para isso, PESSANHA, propõe explicar que de fato, numa democracia como a ateniense, cujos destinos dependiam em grande parte da atuação de oradores, a arte de persuasão por meio da palavra manipulada com o brilho e a eficácia dos recursos retóricas era fator imprescindível para o desempenho de um papel relevante na cidade- Estado. (PESSANHA, 2000: p.5).

que compete ao homem investigar, desenvolver, aprimorar, para atender a seus interesses e necessidades.” (PESSANHA: 2000, p.21) ²

É através da linguagem que o homem, sujeito político, delimita os espaços políticos na sociedade defendendo seus interesses e necessidades legitimando sua posição na estrutura social.

No ano de 399 a.C., na sociedade em que viviam os filósofos Sócrates, Platão, nos primórdios da sociedade moderna, já se exercitava a prática da democracia. A democracia Ateniense, dava direitos aos cidadãos a exercer a função de decretar leis, mas na realidade poucos tinham esse poder, apenas uma pequena parte da população, os “cidadãos” que eram os homens ricos, tinham esse privilégio de falar nos debates da Assembléia, as decisões políticas estavam no poder daqueles que tinham os “dons” de oratória associados ao conhecimento e através de gestos e com o poder de fazer uso da palavra se sobressaíam, persuadindo e liderando as decisões e assim faziam reger a vida e os destinos da cidade. O regime democrático Ateniense não dava o direito de cidadania às mulheres, aos estrangeiros, e aos escravos. O regime democrático dos cidadãos na Grécia Antiga, determinava que os membros cidadãos tinham que defender como juizes as leis que eles mesmos votavam, e as pessoas que faziam parte como juizes da (corte popular) assumiam o

² PESSANHA, José Américo (Sel) ; CORVISIERI, Enrico Trad.). PLATÃO: Apologia de Sócrates, Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates., São Paulo: Editora Nova Cultural; 2000. (coleção os pensadores).

compromisso através de juramento de decidir o que era justo e o que seria injusto, bom ou mau para a cidade, Estado, enfim para seu povo.

A exemplo da vida de Sócrates em seu modo peculiar de viver causava preocupação aos governantes da época, pois Sócrates detinha o poder da comunicação, a linguagem fazia parte de sua vida, e com a palavra levava aos jovens a responsabilidade de pensar, questionar, de modo a fazê-las justificar os conhecimentos que lhes eram atribuídos, e despertar nesses jovens a importância de si mesmos. O discurso usado por Sócrates para convencer as pessoas da importância de questionar a própria vida, leva-nos a crer no poder da linguagem de interferir nas relações sociais.

“ Para alguns – os que aceitavam submeter-se à fase construtiva da dialogação socrática -, aquele reconhecimento da ignorância do exato significado das palavras representava a oportunidade de um verdadeiro renascimento: o renascer na consciência de si mesmo, condição preliminar para a tomada de posse da própria alma.”

(PESSANHA, 2000 :P. 7)

Nos dias atuais o discurso também é usado pelos políticos, com o fim de convencimento, o homem, ser eminentemente político e mais precisamente os políticos têm na linguagem a arma para exercer domínio sobre as pessoas, “ Pelas palavras podemos transmitir o conhecimento acumulado por uma pessoa ou sociedade.” *ARANHA e MARTINS, 1986: p:29*³

³ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986.

Todo discurso, seja discurso pedagógico, discurso de um médico com seu paciente, discurso do advogado na defesa de seu cliente, discurso do vendedor ambulante etc. tem por objetivo despertar interesse nas pessoas, em transmitir conhecimento, convencer seu paciente que ele precisa de tratamentos médicos, discursar em defesa do cliente, convencer as pessoas na compra de um material, porque todo discurso vem de uma forma ou outra com mesmo intuito de reforçar a informação, a persuasão, etc. No discurso político não é diferente, faz-se uso da palavra para explorar a linguagem e assim conseguir persuadir a própria consciência de si mesmo, e também analisar o projeto de suas próprias vidas.

“Pela linguagem o homem deixa de reagir somente ao presente ao imediato; passa a poder pensar o passado e o futuro e, com isso, a construir o seu projeto de vida.”

(*Idem*, p: 29.)

A exploração do uso da linguagem causava medo aos cidadãos atenienses e colocava dúvida quanto a verdade estabelecida, que através do diálogo fosse possível mudar valores morais e religiosos que orientavam a conduta dos indivíduos. Por isso os “cidadãos” da lei sentiam-se ameaçados com esse novo método que Sócrates usava. Seu discurso ameaçava a ordem vigente, pois ao discursar defendia uma idéia que se, compreendida pela maioria como verdade; interferia nos dogmas que fundamentava a sociedade da época; definindo o espaço político.

Através desta análise vemos como o sentido do discurso, transcende valores morais e religiosos dos indivíduos, pois não é tido somente como um instrumento de ascensão política, mas também como capacidade de preparar indivíduos para a vida pública e adestrá-lo na arte de persuasão através da palavra. Na época da Grécia Antiga, a palavra era usada na política com o objetivo central de persuadir as pessoas para prevalecer a

hegemonia dos ideais dos homens da lei, que faziam parte da corte popular. É importante lembrar que ,

“... nem todos podiam participar dos debates da Assembléia: apenas os que possuíam direitos de cidadania. Essa discriminação excluía das resoluções políticas a maior parte dos habitantes da pólis: as mulheres, os estrangeiros, os escravos.” (FLORIDO: 2000, p.4) ⁴

Na época, a exemplo de hoje, a democracia ateniense apresentava sérias limitações, porque só favorecia alguns “cidadãos”, nem todos usufruíam dos privilégios da igualdade, nem todos os habitantes da Grécia Antiga, eram considerados “cidadãos” (os negros, as mulheres, os imigrantes, os jovens) tinham direito de expressar suas idéias, estudar, ter acesso a saberes científicos, expressar suas opiniões a respeito da política que regia sua cidade etc. E, assim Sócrates criticava a democracia ateniense, para ele o certo era que se fosse bem conduzido o processo educativo, se podia ter acesso a mais importantes e difíceis questões científicas, políticas e, todas as questões que regiam a cidade, era sem dúvida prova que pelo menos igual em suas almas eram: os escravos, as mulheres, os imigrantes, os jovens.

Sócrates transmitia seus conhecimentos através da linguagem, tinha a linguagem como um meio social de transmitir ensinamentos, queria mostrar que de direito todos eram intrinsecamente semelhantes.

⁴ FLORIDO, Janice (Coord). Aristóteles. São Paulo: Editora Nova Cultural; 2000. (Col. Os Pensadores)

Ainda hoje a linguagem reforça um grande poder de persuadir, dando direito somente a alguns de poder ter privilégios, como os nossos políticos atuais, que usam e abusam do poder da linguagem em persuadir as pessoas e, muitas das vezes não cumprem o que prometem através da linguagem que usam como arma para convencer o povo.

“ Nessa democracia, a função pública dos orientadores torna-se fundamental e, conseqüentemente, a palavra torna-se não apenas um instrumento de ascensão política, como também um problema a preocupar retóricos e pensadores. Preparar o indivíduo para a vida pública, conferir-lhe capacitação ou virtude (aretê) política representa, basicamente, adestrá-lo na arte da persuasão através da palavra.”

(*IDEM*: 2000, p.20)

Nos dias atuais a exemplo da Grécia Antiga, o domínio do uso da palavra, ainda tem importante poder ideológico nas decisões políticas da sociedade. Sendo a sociedade histórica, política e ideológica, conseqüentemente para o homem a linguagem, não é apenas a representação imaginária da sociedade mas, sim o trabalho de todo um processo histórico, segundo Marilena Chauí: “ Em sentido amplo, toda sociedade, por ser sociedade é histórica: possui data própria, instituições próprias e condições específicas, nasce, vive e perece, transforma-se internamente.” (*CHAUÍ*, 1997: P.15)⁵

⁵ CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia. O Discurso Competente e outras falas. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 1997. (Biblioteca da educação. Série 6. Filosofia; v.2)

Toda sociedade conta sua história através da linguagem, a linguagem não pode ser tida apenas como um sistema *simbólico*, a linguagem é um sistema de representação aceita pela sociedade onde um grupo possa se comunicar e haver entendimento entre ambos, “ A linguagem, portanto, é um sistema de representação social, que possibilita a comunicação entre os integrantes desse mesmo grupo.” (*ARANHA e MARTINS, p: 29 .*)

A linguagem não tem a função de somente transmitir informações, a linguagem ocupa uma posição central na história da humanidade. É através da linguagem que as pessoas se expressam e esperam ser ouvidas, o poder da palavra é o poder de concentrar a autoridade acumulada pelo falante. Argumentos que evidenciam tal afirmação podem ser confirmadas nas frases de GNERRE: “ ... discurso político, sermão de igreja, aula, etc. As produções linguísticas deste tipo, e também de outros tipos, adquirem valor se realizadas no contexto social e cultural apropriado.” (*GNERRE, 1991, P. 6*)⁶

Neste contexto vemos que a linguagem é o eminente elo entre o sujeito e a sociedade, sua existência se funda nas necessidades da comunicação, o homem na grandeza de sua ideologia se prevalece na identificação justamente por ser diferente de outro ser vivo, essa diferença está na fala. (*BAKHTIN, 1995, p. 14*)⁷ “ ... por sua vez valoriza justamente a fala,” a comunicação envolve sobretudo às estruturas sociais, suas relações abrangem a comunicação verbal, estas por sua vez influenciam nos conflitos, nas denominações no ato do poder da linguagem para as classes, espaço onde os dominantes reforçam seu poder ao expressar suas idéias e, se refugiam na fala para assim legitimar um

⁶ GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1991.

⁷ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7ª ed. Editora Hucitec. São Paulo, 1995.

sistema de hierarquia que predomina a linguagem como instrumento fundamental na relação homem e sociedade. Neste sentido:

“A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação implica conflitos, relações de denominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder ” (BAKHTIN, 1995: p.14)

O homem é considerado o único ser que além de emitir sons, exerce o fascínio através da linguagem, um poder de dar significação a tudo que o cerca através da emissão da fala. Com esse poder da significação a linguagem não pode ser considerada simplesmente um mero instrumento de comunicação entre os homens. Mas como um mecanismo de exercer poder de dominação; e na concepção da linguagem contribuir na forma de despertar as ações que avançam no campo discursivo, atingindo as relações de poder nos contextos sociais, históricos, existentes no nosso meio.

“Essa perspectiva pragmática e discursiva se opõe radicalmente à idéia de que a língua seja apenas um instrumento para transmitir informações ou expressar livremente o pensamento. Ao contrário, baseia-se em uma concepção de linguagem como forma de ação e prática social, que contribui para um grande avanço teórico e

metodológico no campo dos estudos da linguagem”

(GREGOLIN, 2001: p.274) ⁸

⁸ GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. CRUVINEL, Maria de Fátima. KHALIL, Marisa Gama. (Org.) *Análise do Discurso: entornos do sentido*. Série: Trilha Lingüísticas. nº 2 – São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

II CAPÍTULO

ANÁLISE DO DISCURSO: IDEOLOGIA, PODER E LINGUAGEM.

Neste segundo momento pretendemos salientar no discurso, aspectos responsáveis pela construção do discurso político que caracteriza a relações de poder nele existente.

Segundo Orlandi, a ideologia na análise do discurso, se dá quando um discurso tem significação, quando este exerce o papel de levar o sujeito a transmitir sua mensagem, e que está atinja interpretação enquanto fato fundamental que atesta a reação da história como a linguagem que esta significa.

“ Se pensamos a ideologia a partir da linguagem, e não sociologicamente, podemos compreendê-la de maneira diferente. Não a tratamos como visão de mundo, nem como ocultamento da realidade, mas como mecanismo estruturante do processo de significação. Pelo que podemos expor, a ideologia se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa. ” (*ORLANDI, 2001, P.96*)⁹

Analizamos o discurso político e entendemos que os critérios estabelecido por esta tipologia discursiva possibilita ao sujeito de se mostrar enquanto sujeito político, sujeito que se envolve com a sociedade através das palavras em movimento como a prática de

9 ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise De Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

linguagem, observa-se o homem falando. Nessa análise podemos dizer que os discursos, possibilitam os funcionamentos das linguagens verbais em transmitir enunciados no campo do discurso, que surtem efeitos de sentidos entre locutores e esses efeitos são de sentidos múltiplos e variados. “ ... o discurso é efeito de sentidos entre locutores ” (*ORLANDI, 2001: p. 21*). Para pensar o discurso vemos que “... não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia.” (*Idem, 2001; p.17.*) O discurso vem de uma forma discursiva ideológica de origem política do poder, em se criar sentidos fortes que são algo intrínseco às sociedades históricas. (toda sociedade tem sua história).

Toda relação de poder é elaborada através de um discurso social, que se transforma em um discurso impessoal sobre a sociedade e da sociedade sobre a política, essa passagem do discurso entre sociedade e política, constitui o primeiro passo para a formação da ideologia. Como diz CHAUI:

“ É elaborado, assim, um discurso que, partindo do discurso social (o discurso do social) e do discurso político (o discurso da política), se transforma num discurso impessoal sobre a sociedade e sobre a política. Essa passagem do discurso de para o discurso sobre constitui o primeiro momento na elaboração da ideologia.”

(*CHAUI, 1997, p. 19.*)

Os sujeitos sociais e políticos representam a si mesmo e a vida coletiva e tem como ideologia justificar sua idéia gerais (o Homem, a Família, o País, o Progresso) e suas ações perante a sociedade. Todo sujeito político já tem em si um discurso ideológico.

“ Para ser posto como representante da sociedade no seu todo, o discurso do poder já precisa ser um discurso ideológico, na medida em que este se caracteriza, juntamente, pelo ocultamente da divisão, da diferença e da contradição.” (*CHAUI, P.21*)

A ideologia de um sujeito político, é estabelecer determinadas concepções de poder e fornecer diretrizes de ação a sociedade. Essas ações são fundamentadas num conjunto de idéias e valores. Segundo o autor, os poderes vêm de lugares diferentes não delimitam a estrutura social. “ O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social.” (*FOUCAULT, 1992: p.14*)¹⁰ funciona como uma rede, e não existe possível limite do poder e ninguém escapa, o poder não se detém, não se compra como uma propriedade que se possa possuir, porque o poder não existe, o que existe é sim uma prática de poder, que é algo que exerce, que se efetua, que funciona como uma máquina social, que vem ser o sujeito que não está situada em um lugar privilegiada, mas sim em toda uma repartição social. Em toda estrutura social tem-se uma rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade, o poder esta sempre presente e exerce uma multiplicidade de relações de forças. Como diz FOUCAULT:

“ Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a

estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças.”

(FOUCAULT:1992, P.14)¹⁰

Com relação à questão do poder que está presente na sociedade, segundo ORLANDI, a linguagem ocupa uma posição central no campo discursivo lingüístico, pois a linguagem não pode ser vista apenas como meio de transmitir informações, mas sim como uma perspectiva de tomar a palavra como um ato social, com todas as suas pendências, conflitos, reconhecimento, relações de poder, etc.

“ Ao definir a linguagem como trabalho, desloca-se a importância dada à sua função referencial. Essa função tem ocupado uma posição central na lingüística clássica e daí decorre pensar-se a comunicação apenas sob o enfoque da informação. Na perspectiva da análise de discurso, entretanto, tomar a palavra é um ato social com todas as implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade, etc.” (ORLANDI, 2000: P. 17)

¹⁰ FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. 6ª ed – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

A linguagem tem ocupado uma posição central na lingüística e, daí vem a comunicação como uma função social reconhecendo todas as relações de poder que a linguagem abrange na sociedade. A partir dessas considerações compreendemos que a linguagem é um meio entre homem e mundo (real), esse meio ou melhor dizendo essa “ponte” seria o discurso. Este discurso é a palavra em movimento, é o sujeito que fala, que faz uso da linguagem na maneira de significar algo, de considerar sentidos, a linguagem não trabalha como um sistema abstrato, mas sim como um sistema de significação, de uma forma determinada na sociedade. “ A análise do discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas...” (ORLANDI: 2001,p.16.)

Neste contexto que estudamos, vemos que a linguagem não pode estar apartada da sociedade que a produz, os processos na constituição da linguagem são processos históricos - sociais. Nesta perspectiva definimos a linguagem como um produto de significação na ordem discursiva de existência da linguagem que é social.

A linguagem que o homem utiliza através de seus discursos, tem poder de significação que convence a quem ouve e satisfaz a quem emite, ou pode ser também ao contrário, na linguagem utilizada através do discurso não há poder nenhum de significação, nem tampouco poder de convencimento a quem escuta ou ouve. Dessa maneira, fica explícito o modo de existência da linguagem que é social. “... o discurso pode ser visto justamente com a instanciação do modo de se produzir linguagem, isto é, no processo discursivo se explicita o modo de existência da linguagem que é social.” (Idem, 2001, p. 26.)

Convém dizer que todo discurso provém de outro discurso e, se utiliza cada vez mais, através da linguagem para se obter a significação esperada que todo discurso político almeja alcançar, assim que seu anunciado foi emitido. A exemplo do discurso de outro, vamos utilizar o discurso político; do senador José Sarney e compararmos que o discurso do outro é aquele que o político utiliza de outro sujeito, conservando sua estrutura inicial, sem modificações, para atingir a significação e obter a reação que a palavra possa alcançar, e ser integrada num contexto único, através das construções das idéias que foram transmitidas. Como cita Bakhtin:

“O discurso citado é visto pelo falante como enunciação de outra pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo: É a partir dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos da sua integridade lingüística e de sua autonomia estrutural primitivas.”

(*BAKTIN, 1995, p. 144*)

III CAPÍTULO

O DISCURSO NA FALA DE UM HOMEM POLÍTICO: JOSÉ SARNEY

José Sarney, eleito Vice- presidente para o primeiro governo civil brasileiro após o movimento militar de 1964, assumiu a presidência após a morte de Tancredo Neves, que não chegou a tomar posse.

José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu em 24 de abril de 1930 em Pinheiro MA e em 1965 adotou oficialmente por sobrenome o prenome do pai, Sarney. Estudou no Colégio Marista e no Liceu Maranhense de São Luís, e formou-se em 1953 pela faculdade de Direito do Maranhão. Iniciou a carreira política no ano seguinte como suplente de deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1957 conquistou cadeira própria na Câmara dos Deputados e foi eleito presidente do diretório regional da UDN. Dois anos depois tornou-se vice-líder da oposição e de seu partido na Câmara.

Afeiçoado às letras, na juventude, Sarney ligou-se em São Luís ao grupo da revista *A Ilha*, do qual faziam parte Ferreira Gullar, Bandeira Tribuzzi e Lago Burnett. Ainda estudante, em 1952 foi eleito para a Academia Maranhense de Letras, na vaga de Humberto de Campos. Publicou uma coletânea de poesias, *Marimbondos de fogo* (1980, volumes de contos de cunho regionalista - *Norte das águas* (1969) e *Brejo dos guajas e outras histórias* (1985) e o romance *O Dono do Mar* (1995). Em 1980 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, na vaga de José Américo de Almeida.

“ José Sarney ex-presidente da República, domina a política Maranhense há quatro décadas e dispõe da mais poderosa máquina de comunicação

do Estado de Maranhão, que se estende aos campos da televisão, do rádio e do jornal. E está há 47 anos na política e fez um belíssimo pé-de-meia. Além do império de comunicação, tem uma mansão colonial cercada por uma floresta de coqueiros de babaçu, conhecida como Casa do Calhau, e é dono da Ilha do Curupu, uma estupenda reserva ambiental onde só se chega de barco ou avião. Numa estimativa conservadora, a família Sarney teria hoje um patrimônio de 125 milhões de reais. O suficiente para sustentar incontáveis gerações de Sarneys. Dentro ou fora da política.”

(*VEJA*, novembro/2001.p.42)¹¹

Podemos remeter essa mesma discursividade ao discurso político nos dias atuais, voltando para analisarmos o discurso do Senador José Sarney (PMDB – PA), no plenário do senado em Brasília.

Nesse discurso fica claro a ideologia usada com o intuito de persuadir os ouvintes de que fora vítima da vingança do presidente da República:

“ São muitas as versões sobre o que vou dizer. Umas que venho apenas defender minha filha; outras que venho destilar um sentimento de ira e vingança contra o presidente da República; outras, que venho entrar no

¹¹ REVISTA VEJA. O fenômeno Roseana. Editora Abril – edição 1726. Ano 34 – n.º 45. p. 42. Novembro de 2001.

lodo de invadir a vida das pessoas. Não sou responsável por nenhuma dessas versões. Não tenho mais idade para mudar. O Brasil conhece meu temperamento.

Venho cumprir meu dever de homem de Estado responsável pela transição para a democracia falo na condição de ex-presidente. Esperei que os últimos anos de minha vida fossem dedicados à literatura, distanciado da luta partidária, sem perder a serenidade na avaliação das indignidades. (Sarney)

As conversas privadas entre homens públicos devem ser respeitadas. Não estou quebrando esta regra ao recordar que disse ao presidente da República, em visita que me fez:

- Presidente, o senhor desfruta de prestígio internacional e do respeito de todos nós. Não permita que seu governo seja conspurcado neste processo da sucessão. Assegure que o jogo democrático possa fluir sem manobras sujas. As sucessões apaixonam e muitas vezes destroem homens públicos.

(...)

É justamente nesta linha de colaboração com o país e também com o presidente que falo. E é com amargura que vivo neste momento. Não

estou mais na idade de rasgar a alma com decepções e perplexidade tão chocantes.

Não estou aqui como senador do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), nem como pai. Não preciso demonstrar que tenho pela minha única filha um amor e afeto que não encontram dimensão.

Falo pelo dever que tem um ex-presidente da República – de defender o país e suas instituições, e a base delas são os direitos individuais. O direito de cada um de nós não ser espionado, escutado, seguido, perseguido, tocado pelo aparato do estado, construído para proteger os cidadãos. Assim é o Estado de Direito, da lei, não dos homens. A nação assistiu aos atos de violência política que aconteceram no Maranhão.

(...)

A ação praticada contra a governadora do Maranhão foi arbitrária. Não basta sustentar falsas formalidades. Estas manobras são feitas com estes cuidados para esconder seus objetivos.

Illegal, porque praticada por juiz e autoridades sem a competência legal para praticá-la, conforme decisões unânimes da justiça. ‘ A investigação dos fatos incluídos na competência originária deste Tribunal deve ser feita aqui’, diz o TRF.

(...)

Os policiais federais envolvidos não eram de Palmas nem de São Luís. Eram de Brasília, todos diretamente subordinados ao superintendente da Polícia Federal, que se proclama legitimamente filiado ao PSDB, e que obedece as ordens do ministro da Justiça. De Brasília foram buscar a precatória em Palmas (logo, não estavam em diligência) e levaram-na para São Luís, agora, sim, em diligência de perseguição. Ali o juiz despachou: 'Cumpra-se'. E os próprios estafetas invadiram a empresa. Nenhum oficial de justiça.

Os delegados executores da diligência até declarações deram, de que 'estávamos atrás do ouro, mas encontramos ouro, pedras preciosas, pérolas e diamantes'. Confessaram que foram garimpar.

A história de cumprir mandado judicial é ridícula porque a polícia de Brasília não faz plantão em Tocantins. Ela, sim, foi mandada. Tudo foi mandado. E para o espaço também mandaram a lei processual.

(...)

Senhoras senadoras, senhores senadores:

O que vejo no Brasil de hoje é o medo dos dossiês, das escutas, da espionagem na vida privada das pessoas. Todos têm medo. Ninguém tem confiança de que o aparato estatal não seja jogado contra si.

(...)

Não estou aqui para defender filha ou candidatura. Por ela, não estaria na tribuna, tão veementes foram os apelos que me fez para não me meter neste caso depois dos graves problemas de saúde que enfrentei. Para honra minha, ela se conduz com seus próprios passos

(...)

Sofre a governadora do Maranhão uma perseguição política, pelo fato de ser candidata. Ela não pediu, não disputou, não atropelou ninguém. Seus índices nas pesquisas foram dados pelo povo brasileiro. E ela está pagando por isso.”

(José Sarney)

Todo discurso reflete uma ideologia por parte do seu falante, neste caso o Senador José Sarney, acredita em seu discurso e quer passar para os ouvintes essa mesma credibilidade. Vamos analisar o discurso do senador José Sarney, quando ele se refere aos policiais envolvidos no caso da ação praticada contra a governadora do Maranhão, “A ação praticada contra a governadora do Maranhão foi arbitrária. Não basta sustentar falsas formalidades. Estas manobras são feitas com estes cuidados de esconder seus objetivos.”

Sarney firma nesse discurso que o objetivo era outro, era somente interesse político em prejudicar a governadora do Maranhão, e as autoridades não tinham competências legais para praticarem nenhuma ação contra a governadora: “ Ilegal, porque praticada por juiz e autoridades sem a competência legal para praticá-la, conforme decisões unânimes da justiça.” Assim, Sarney, da tribuna, faz seu discurso, usando a linguagem como poder no cenário político, para convencer os senadores, que os policiais envolvidos eram todos subordinados da Polícia Federal. Vejamos:

“Os policiais federais envolvidos não eram de Palmas nem de São Luís. Eram de Brasília todos diretamente subordinados ao superintendente da Polícia Federal, que se proclama legitimamente filiado ao PSDB, e que obedece a ordens do ministro da justiça.” (*Sarney*)

Esses policiais estavam obedecendo ordens do ministro da justiça, sendo assim o ministro mandou que fossem buscar a precatória em Palmas e levaram para São Luís. Podemos analisar neste discurso que foi usado a gramática, com a finalidade de compreender-se melhor a linguagem aplicada, quando Sarney discursa: “... Ali o juiz despachou: ‘Cumpra-se’. E os próprios estafetas invadiram a empresa.” Nesta ordem expressa uma frase imperativa “Cumpra-se”, e reforça que a frase imperativa usada no discurso busca convencer os senadores, vejamos: “... O mandado foi mandado. Tudo foi mandado.” Esta frase expressa uma ordem e essa ordem foi cumprida.

Nesta análise do discurso político podemos discutir um pouco sobre desempenho do emissor e do receptor, no qual o Sarney desempenha o papel de transmitir mensagens

como uma forma de persuadir os senadores, e assim observamos que o emissor seria o senador José Sarney, o receptor os senadores que estavam na Assembléia para ouvirem a mensagem transmitida por José Sarney, e essa mensagem resulta de um processo da emissão da fala. Como diz (ORLANDI, 2001, p.21) “alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a.”

Neste contexto vamos fazer um rápido esclarecimento sobre discurso, para isso vejamos aqui uma pequena parte do discurso político feito por Sarney para os senadores da Assembléia legislativa:

“Senhoras senadoras, senhores senadores: O que vejo no Brasil de hoje é o medo dos dossiês, das escutas, da espionagem na vida privada das pessoas. Todos têm medo. Ninguém tem confiança de que o aparato estatal não seja jogado contra si.”

Vemos que o discurso usado pelo senador Sarney, foi como uma forma de interação, como um meio de comunicação entre o senador José Sarney e os Senadores; na qual discursa que as pessoas têm medo da espionagem de suas vidas privadas. Porém o que queremos é, recortar uma particularidade do discurso que são os elementos de comunicação: Emissor, receptor, código, referente e mensagem. Em algumas teorias de comunicação há um certo rigor nessa sequência mencionada. Segundo Orlandi, deixa esclarecido que no discurso não há somente transmissão de informação e, também não precisa exatamente um “tu” e um “eu” para que essa mensagem chegue ao receptor. Não

tem essa separação de “ Emissor ” e “ Receptor ” o que acontece são realizações ao mesmo tempo, porque existe toda uma produção de sentidos e não só informações, mesmo porque a linguagem pode ter muitos efeitos, olhando-a em relação sujeito/sentido, e havendo essa relação de efeito entre sujeito/sentido vai acontecer também a argumentação e a compreensão no campo discursivo do discurso.

No discurso de José Sarney, vejamos o uso da palavra como poder para convencer as pessoas, vamos analisar um pequeno trecho deste discurso, na qual Sarney quer convencer aos senadores que a sua filha é vítima de um escândalo cujo objetivo era somente afastá-la da sucessão presidencial, “ Nada tem ela com Sudam, nenhum projeto Sudam ou Sudene, ou seja lá o que for, Seu comportamento sempre foi de uma mulher séria e correta. Mas planejou-se esse escândalo com o objetivo de afastá-la da sucessão.” Vemos neste discurso político, o uso da linguagem com fim de poder convencer; “ A convenção assim se caracteriza pelo seu conteúdo social e pela sua historicidade. É nesse sentido que entendemos que a linguagem é convencional.” (*ORLANDI: 2001,p.100*). O discurso por fazer parte da história do sujeito, serve também como uma mediação do homem com a sociedade para assim se comunicar e ser interpretado através de suas ações e comunicações. Como diz Chauí: “ Para ser posto como o representante da sociedade no seu todo, o discurso do poder já precisa ser um discurso ideológico, na medida em que este se caracteriza, justamente, pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição.” (*1997. p. 21*), a ideologia usada pelo senador José Sarney, tem como objetivo, influenciar as pessoas através do discurso convencendo-as de ser um homem cumpridor de seus deveres com o Estado, convencer as pessoas de ser um cidadão democrático, dedicado a literatura, usa o seu discurso de modo bem sutil, como se

nada tivesse de contradição com o Presidente da República e, expressa serenidade na avaliação de mais dignidade e mais crédito a sua pessoa, vista como um homem público, preocupado com o país.

No discurso do senador José Sarney, sob a ótica de MARILENA CHAUI, vemos que:

“O discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e,destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é a imagem da classe dominante.”

(CHAUI,1997, p. 3)

Todo discurso é produzido por um sujeito num dado tempo e num determinado espaço.

O senador José Sarney, pertence a um grupo social político dos tempos atuais, e através dos seus discursos argumenta suas idéias, seus anseios, as expectativas de seu tempo e de seu grupo social. Seu discurso tem caráter histórico, não no sentido de que narra fatos históricos, mas no de que revela os ideais e as concepções de um homem social numa determinada época.

É necessário entender as concepções existentes na época e na sociedade em que o discurso foi enunciado para não correr o risco de compreendê-lo de maneira distorcida.

Na forma discursiva lingüística vemos como os argumentos expostos pelo senador José Sarney só poderiam ser expressas por meio de seu discurso e seguindo esta estratégia vamos analisar a relação neste discurso do senador José Sarney com sua época atual e estudar as relações existentes dentro de um discurso com intuito de esclarecer o poder que a linguagem tem para fazer esse elo de ligação entre o sujeito que discursa, o “emissor”, aquele que produz a mensagem, e “receptor” aquele a quem a mensagem é transmitida, aos senadores ,em uma tribuna na Câmara da Assembléia Legislativa em Brasília. Nessa discursiva lingüística o ato de comunicação concebe o emissor e o receptor pura e simplesmente como pólos neutros que devem produzir, receber e compreender a mensagem.

Como comunicar é agir sobre o outro, José Sarney se comunica através do discurso do outro: “ São muitas as versões sobre o que vou dizer. Uma que venho apenas defender minha filha; outras que venho destilar um sentimento de ira e vingança contra o presidente da República; outras, que venho entrar no lodo de invadir a vida das pessoas.” (*Sarney*), nesse discurso vemos que o senador José Sarney, não preocupa-se apenas que o receptor receba e compreenda a mensagem, mas também a que a aceite, ou seja, a que creia nela e a que faça o que nela se propõe.

Comunicar não é pois somente um fazer saber, mas também um fazer crer e um fazer fazer. A aceitação depende de uma série de fatores que vão estar implícitos em seu discurso; por exemplo: seus sentimentos, aparece no 1º parágrafo do seu discurso.

“ São muitas as versões sobre o que vou dizer. Umas que venho apenas defender minha filha; outras que venho destilar um sentimento de ira e vingança contra o Presidente da República”.

No 2º parágrafo expressa posição política “ venho cumprir meu dever de homem de Estado responsável pela transição para a democracia. Falo na condição de ex-presidente.” No 4º parágrafo demonstra sua visão de mundo, “ Não permita que seu governo seja conspurcado neste processo da sucessão. Assegure que o jogo democrático possa fluir sem manobras sujas.” Outro fator vemos no 5º parágrafo do discurso de José Sarney, na qual Sarney usa a linguagem no seu sentido figurado “ E é com amargura que vivo neste momento. Não estou mais na idade rasgar a alma com decepções e perplexidade tão chocante.” Vemos que a linguagem usada por Sarney esta no sentido figurado “rasgar a alma”, na qual prevalece o sentido conotativo do signo lingüístico. Sarney utiliza da linguagem poética para explorar o sentido conotativo das palavras, num contínuo trabalho de criar e alterar o significado dessas. Podemos analisar também que a linguagem para cumprir sua função social no processo de comunicação, é necessário que tenha um significado e, nesse sentido Sarney usa a linguagem poética para expressar e demonstrar aos senadores na tribuna da câmara legislativa, a dor que sente de modo bem convincente na qual usa a expressão rasgar a alma. Outro fator relevante é a sua emoção, colocado no discurso do senador José Sarney, “ Não preciso demonstrar que tenho pela minha única filha um amor e afeto que não encontram dimensão.” No 6º parágrafo que é a sua convicção política, “Falo pelo dever que tem um ex-presidente da República – de defender o país e suas instituições, e a base delas são os direitos individuais.” Nesta mesma frase vemos outro fator: a sua ideologia, e denuncia, “O direito de cada um de nós não ser espionado, escutado, seguido, perseguido, tocado pelo aparato do Estado, construído para proteger os cidadãos.”

Vemos a construção de um discurso político que utiliza mecanismo de envolver o receptor: através de vários fatores: emoção, sentimentos, valores, linguagem poética, ideologia, visão de mundo e convicção política, os vultos da história, a denúncia. São esses alguns elos de referência no discurso analisado, que legitimam a busca do emissor em tornar o seu discurso universal. Nesta expectativa vemos também que a persuasão é então o ato de levar o outro a aceitar o que está sendo dito, pois só quando ele o fizer, a comunicação será eficaz e aceita pela sociedade. Assim observamos que todo discurso político tem um procedimento lingüístico que visa usar a linguagem como um meio de poder para persuadir, a fazer o receptor aceitar o que foi discursado, a levá-lo a crer no que foi dito e a fazer aceitar o que foi proposto. Neste sentido, todo discurso político é argumentativo, com um único objetivo de convencer o outro, de certa maneira persuadir.

Para que a análise do discurso do senador José Sarney, ocorra de fato, precisamos analisar melhor a forma discursiva usada pelo senador e integrar os assuntos relacionados dentro do contexto proposto, neste caso iniciamos pela parte gramatical do discurso os verbos. Voltados primeiramente para os verbos, cuja importância é de fundamental necessidade, pois o verbo é que dá a significação dentro de uma frase ou seja de uma oração, os verbos são de enorme importância no estudo da linguagem. Pode haver oração sem substantivo, sem adjetivo, sem pronome etc. Mas sem verbo, não! Ainda que ele esteja oculto, sua presença é imprescindível para que a comunicação se concretize em sua plenitude.

No 1º Parágrafo o discurso do senador José Sarney, aborda os verbos em diferentes modos, vamos destacar alguns no infinitivo: defender, destilar, entrar, invadir e mudar. A partir daí podemos analisar a significação no uso desses verbos que vem explicar melhor a palavra e o processo pela qual os verbos exprimem suas ações, para se situar no tempo e

mostrar sua significações (defender, destilar), assim exprime as realidades nas mudanças de estado (entrar, invadir, mudar), que representa o verbo no tempo, sob a forma de ação, movimento, estado.

Vamos analisar o verbo (defender) nos mínimos detalhes possível, para assim podermos entender melhor a importância de sua significação no discurso. Para melhor compreensão do assunto convém termos sempre em mente que numa forma verbal podemos encontrar a forma radical do verbo (defender) que vai trazer o sinal característico da palavra, ou seja sua significação básica e pode vir também precedido de prefixo: defende de defender, e também esse verbo (defender) corresponde ao radical acrescido da vogal temática. A vogal temática é aquela que indica a conjugação à qual o verbo pertence. No caso o verbo (defender), pertence a Segunda conjugação, porque tem um “e” como vogal temática.

O verbo (defender), encontra-se com a desinência R_ que é a desinência típica do verbo no infinitivo impessoal. Infinitivo impessoal significa que dá nome ao verbo, em português. Exemplo: Defende-r

Defende-r-es

Defende-r

Defende-r-mos

Defende-r-des

Defende-r-em

O verbo (defender) está no infinitivo impessoal que dá nome e significa quando Sarney em seu discurso pronuncia o verbo (defender), ele vem em defesa da sua filha e usa o verbo no modo de evocar com o objetivo de persuadir os senadores da tribuna que assistiam ao seu discurso. E é graças aos tempos verbais no infinitivo (defender, destilar,

entrar, invadir, mudar), que o Senador Sarney emprega em seu discurso, a possibilidade de haver entendimento da comunicação lingüística, pois Sarney discursa para os senadores, na expectativa que os mesmos possam entender seu apelo, tratando-se de discurso que afetam diretamente, pois Sarney está comprometido com sua fala, porque a forma empregada do verbo nos traz a informação que garante a significação de uma situação comunicativa concreta, pois os verbos convergem a linguagem para uma situação comunicativa clara e objetiva. Por exemplo: Sarney começa seu discurso e na primeira oração aparece o verbo vou, que é do verbo ir, está conjugado na 1ª pessoa do presente do indicativo e logo a seguir o verbo no infinitivo dizer, vou dizer, esses dois verbos juntos completa a idéia de alguém que faz uso da linguagem de uma forma bem clara, dando-nos a idéia de que vai revelar algo de muita importância, vou dizer, e a seguir os verbos venho, no presente e defender, no infinitivo. Esses dois verbos (venho, defender), esclarece mais a idéia de falar para defender sua filha. Podemos analisar neste contexto, que o senador Sarney já se compromete com a sua fala; veja os verbos: vou, dizer, venho, defender, e completa com o verbo no infinitivo destilar, trazendo a comunicação de uma forma decidida, destilar significa que vai discursar diretamente para atacar com palavras e mais palavras como se fosse escorrer de gota a gota sua ira, seu sentimento contra o presidente e toda a sua equipe presidencial.

Nessa análise discursiva, podemos ver os momentos de fundamental importância que o discurso traz para entendimento de seu contexto. O verbo destilar vem revelar a atitude comunicativa do senador Sarney, através de seu discurso que o objetivo central é de fazer uso da linguagem, como vemos no verbo invadir, nesse verbo Sarney demonstra sua ira e parte para justificar que não é responsável por nenhuma das versões que ele mesmo utilizou.

Podemos analisar neste discurso “não sou responsável por nenhuma dessas versões. Não tenho mais idade para mudar. O Brasil conhece meu temperamento.” um mecanismo lingüístico, que serve para mostrar um significado no interior do discurso, demarcando nitidamente seu ponto de vista, que é o mecanismo da negação, usado no discurso do senador Sarney, neste discurso estão implicadas duas vozes: uma que afirma e outra que nega a afirmação anterior. Assim quando Sarney diz no final do 1º parágrafo, “Não sou responsável por nenhuma dessas versões. Não tenho mais idade para mudar.” *Temos aí dois tipos de negação: a primeira (não sou responsável por nenhuma dessas versões)* chamada **negação descritiva**, é aquela que aparentemente nega um referente fato ocorrido em suas versões. Por exemplo: quando Sarney discursa no intuito de acusar o presidente, mas se recusa em comprometer-se por tal acusação, na verdade rejeita o que poderia ser a visão de alguém sobre essa versão. (Não tenho mais idade para mudar.) A Segunda versão é denominada a **negação polêmica**, pois expressa claramente uma oposição a um ponto de vista presente na sociedade (no caso Sarney refere a sua idade; mas na realidade é somente uma ação irônica, pois deixa explícito a sua vontade de mudar, mas esconde essa verdade dizendo que não tem idade mais para mudar).

É no desenvolver de seu discurso, que José Sarney tenta de todas as formas convencer a quem o ouve, de que ele não é responsável pelas suas versões e que o Brasil , o povo brasileiro, tivesse como obrigação de compreender seu temperamento., sua forma de se expressar, podemos ver no final do 1º parágrafo “ Não sou responsável por nenhuma dessas versões, não tenho mais idade para mudar. O Brasil conhece meu temperamento” Podemos analisar neste parágrafo que não houve transparência em seu discurso, ele diz não ser responsável pela suas versões, quando ao mesmo tempo acusa o presidente na intenção de defender sua filha perante a câmara dos senadores na tentativa de convencer os

senadores ali presentes. Senador José Sarney faz uso da linguagem para dizer tudo o queria dizer, mas na forma do silêncio, os efeitos dos sentidos, são silenciados, a forma que Sarney usou a linguagem não o acusa diretamente, ele fala “Não sou responsável por nenhuma dessas versões), mas ao mesmo tempo defende-se: “Não tenho mais idade para mudar.” Sarney esconde por trás *de* sua idade, nessa frase o ponto fundamental é a idade colocada por ele de forma como se isso o impedisse de mudar, as idéias do presidente e assim mudar o país.

Quando Sarney afirma “O Brasil conhece meu temperamento”, o verbo conhece demonstra que Sarney apela para o passado mesmo o verbo estando no presente conhece, para lembrar o povo brasileiro que já foi presidente e o povo o conhece, sabe julgar seu temperamento e, assim discursa na forma de persuadir, usa a linguagem de forma bem centralizada (*O Brasil conhece meu temperamento.*) enfatizando aí a idéia de poder, como se o povo brasileiro tivesse o dever de aceitar seu temperamento. Através desses elementos foi analisado o discurso do ex-presidente José Sarney.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante um trabalho de graduação que estamos finalizando, cujo objeto foi localizar o poder que a linguagem exerce na sociedade e, em particular neste trabalho que buscou fundamentar, o poder da linguagem no cenário político, e o poder que a linguagem tem para persuadir o sujeito. Para isso, analisamos o discurso político, de um homem político: José Sarney. O mesmo através da linguagem, tenta justificar fatos relacionados a sua filha, toma posição de pai em defesa da filha e de homem político em defesa de seu país.

E, assim fazemos um percurso em que iniciamos pela construção do poder que a linguagem exerce na estrutura social, a delimitação do campo do discurso político. Enquanto objeto específico deste trabalho de graduação, que se encontra entre a linguagem e sua forma de usá-la através do discurso, cuja finalidade foi de convencer as pessoas, e assim atingir procedimentos que levem o sujeito a compreender, enquanto sujeito de linguagem, os efeitos que o discurso causa, e na sua maneira de produzir sentidos, significados, enquanto sujeitos praticamos.

O sujeito do discurso, tem sentido na história e assim, faz uso da linguagem, para compreender e fundamentar na ideologia, um mundo que tem significado.

As teorias discutidas neste trabalho, são as que estão permeando os estudos nos campos teóricos sobre Análise do Discurso, nos seguintes pontos que diz respeito ao discurso sob o olhar de referência abordados por: BAKHTIN, FOUCAULT, GNERRE, ORLANDI, CHAUÍ e outros.

Dentro de um contexto sócio- histórico, a teoria da Análise do Discurso, verifica-se a relação do sujeito com o poder que a linguagem tem para persuadir as pessoas, e levá-las,

a compreensão da mesma, em relação a sociedade em que está inserida o homem, a buscar entendimento que se constitui como sujeito. Porque só a linguagem, fundamenta a verdade e da significação a tudo, porque todos os discursos feitos, têm de uma forma ou outra, finalidade de provocar efeitos de sentidos, e a linguagem não esta apartada da sociedade que a produz.

O sujeito usa a linguagem para dar sentido ao processo histórico de uma sociedade, por que toda sociedade tem a sua história e, toda análise do discurso concebe as condições de produção como que determina sentidos, e se constitui dos sujeitos, falantes e ouvintes, como fez, José Sarney, em seu discurso, voltado para os senadores na Tribuna da Assembléia Legislativa em Brasília e, também quando voltamos lá na Grécia Antiga e relatamos o contexto histórico de uma Democracia Ateniense.

Os processos de constituição dos sentidos relacionam-se com o interdiscurso, onde são determinados o discurso do sujeito, como fizemos ao analisarmos o discurso do senador José Sarney e das suas condições de produção. Mesmo que os discursos venham de formulações diferentes, a sua formação discursiva vai se constituir da repetição de sentidos e coerência ideológicas.

E, assim, pretendeu-se a partir deste trabalho, pesquisar e aprofundar mais os estudos sobre esse tema, o poder da linguagem na Análise do Discurso, que nos levou a buscar novos horizontes de conscientização, no que diz respeito ao sujeito que se apropria da linguagem para dar significação ao seu discurso, usa a linguagem, como uma mediação necessária para ter este elo de ligação entre o sujeito e a sociedade. Essa mediação provém do discurso do homem, para a sociedade em que vive.

Contudo, trata-se apenas de um breve trabalho, com o objetivo de apontar questões, que possam ser resolvidas em outras oportunidades.

BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7ª ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia. O Discurso Competente e Outras Falas*. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 1997. (Biblioteca da Educação. Série 6. Filosofia; v.2)

DEMO, Pedro. *Introdução à Metodologia da Ciência*. 2ª ed. – São Paulo: Atlas, 1987.

FLORIDO, Janice (Coord.). *Aristóteles*. São Paulo: Editora Nova Cultural; 2000. (Col. Os Pensadores).

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. 6ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. CRUVINEI, Maria de Fátima. KHALIL, Marisa Gama. (Org.) *Análise do Discurso: Entornos do Sentido*. Série: Trilha Lingüística. N.º 2 – São Paulo: Cultura Acadêmica. Editora, 2001.

O Fenômeno Roseana. VEJA. Edição 1726, ano 34 – n.º 45. Editora Abril. P. 42, São Paulo, novembro de 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. – *A Linguagem e Seu Funcionamento*. 4ª ed. – 2ª reimpressão – Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. 5ª ed. – São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000 (Coleção Passando a Limpo).

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PESSANHA, José Américo (Sel); CORVISIERI, Enrico. (Trad.) PLATÃO: *Apologia de Sócrates, Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates.*, São Paulo: Editora Nova Cultural; 2000. (Coleção os Pensadores).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS

21/03/2002

09h06

Leia a seguir a íntegra do discurso de José Sarney no Senado
da Folha Online

Leia a seguir a íntegra do discurso do senador José Sarney (PMDB-PA) no plenário do Senado:

"São muitas as versões sobre o que vou dizer. Umas, que venho apenas defender minha filha; outras, que venho destilar um sentimento de ira e vingança contra o presidente da República; outras, que venho entrar no lodo de invadir a vida das pessoas. Não sou responsável por nenhuma dessas versões. Não tenho mais idade para mudar. O Brasil conhece meu temperamento.

Venho cumprir meu dever de homem de Estado responsável pela transição para a democracia. Falo na condição de ex-presidente. Esperei que os últimos anos da minha vida fossem dedicados à literatura, distanciado da luta partidária, sem perder a serenidade na avaliação das indignidades.

As conversas privadas entre homens públicos devem ser respeitadas. Não estou quebrando esta regra ao recordar que disse ao presidente da República, em visita que me fez:

_Presidente, o senhor desfruta de prestígio internacional e do respeito de todos nós. Não permita que seu governo seja conspurcado neste processo da sucessão. Assegure que o jogo democrático possa fluir sem manobras sujas. As sucessões apaixonam e muitas vezes destroem homens públicos.

_Vejam os exemplos de Nixon, Watergate, justamente porque procuravam derrotar o adversário por métodos amorais. Derrotou-se. Mas manchou-se Nixon perante a História. Presidente, vigie os seus maus amigos.

Já me haviam chegado ao conhecimento alguns procedimentos nada convencionais que me preocupavam, e a ele os relatei. O presidente me reafirmou que seu comportamento seria o de estadista, e que sofria com pressões e cobranças pessoais que lhe infernizavam o cotidiano.

É justamente nesta linha de colaboração com o país e também com o presidente que falo. E é com amargura que vivo este momento. Não estou mais na idade de rasgar a alma com decepções e perplexidades tão chocantes.

Não estou aqui como senador do PMDB nem como pai. Não preciso demonstrar que tenho pela minha única filha um amor e afeto que não encontram dimensão.

Falo pelo dever que tem um ex-presidente da República _ de defender o país e suas instituições, e a base delas são os direitos individuais. O direito de cada um de nós não ser espionado, escutado, seguido, perseguido, tocado pelo aparato do Estado, construído para proteger os cidadãos. Assim é o Estado de Direito, da lei, não dos homens. A nação assistiu aos atos de violência política que aconteceram no Maranhão.

Policiais armados, viaturas embaladas, aparato de efeito utilizados para criar um escândalo contra a candidata à Presidência da República, em ato arbitrário, ilegal, de conotação política e fora da lei. Dois tribunais assim o consideraram: o TRF e o STJ, julgando que o cidadão só pode ser investigado por autoridade competente. A governadora do Maranhão não está na jurisdição de Tocantins. É um privilégio? Não. Da mesma forma, os procuradores que a investigam e os juízes gozam das mesmas prerrogativas de serem julgados por instâncias especiais.

Assim também os desembargadores, secretários de Estado, ministros, deputados, senadores e o presidente da República _ que agora mesmo, quando a reforma judiciária pretende modificar esta norma, manifesta-se contra.

Toda decisão tomada por juiz ou qualquer autoridade sem competência é nula, não serve, é suspeita, em nada aproveita à Justiça. É decisão dos tribunais e consenso dos juristas. Cito, como isento, o ex-presidente da OAB, Reginaldo de Castro: "Toda prova feita ao arrepio da lei é considerada ilícita (20/4/1999, "O Globo")."

E é, mais uma vez, reiterada na decisão do Supremo Tribunal Federal, em acórdão no processo número 80.197, que considera nula a decisão do juiz incompetente.

A ação praticada contra a governadora do Maranhão foi arbitrária. Não basta sustentar falsas formalidades. Estas manobras são feitas com estes cuidados para esconder seus objetivos.

Ilegal, porque praticada por juiz e autoridades sem a competência legal para praticá-la, conforme decisões unânimes da Justiça. "A investigação dos fatos incluídos na competência originária deste Tribunal deve ser feita aqui", diz o TRF.

Assim descreve o jurista Saulo Ramos o que aconteceu: "Em diligências desse tipo, quem cumpre mandado judicial deprecado é oficial de justiça (art. 355, parágrafo 2º, do Código do Processo Penal). E a polícia, a da comarca, somente pode e deve ser requisitada se houver resistência contra a busca e apreensão."

"E há mais um detalhe, materializando a ilegalidade: o mandado judicial, expedido em Palmas, estava em carta precatória ao juiz do Maranhão e era este quem deveria, se necessário, requisitar a Polícia Federal de lá para cumprimento da diligência. E existem oficiais de Justiça lotados naquela jurisdição, que não podia ser invadida por autoridades de outra, porque não havia perseguição nos termos do art. 250 da lei processual. A perseguição era somente política."

"Os policiais federais envolvidos não eram de Palmas nem de São Luís. Eram de Brasília, todos diretamente subordinados ao superintendente da Polícia Federal, que se proclama legitimamente filiado ao PSDB, e que obedece a ordens do ministro da Justiça. De Brasília foram buscar a precatória em Palmas (logo, não estavam em diligência) e levaram-na para São Luís, agora, sim, em diligência de 'perseguição'. Ali o juiz despachou: 'Cumpra-se'. E os próprios estafetas invadiram a empresa. Nenhum oficial de justiça."

"Os delegados executores da 'diligência' até declarações deram, de que 'estávamos atrás do ouro, mas encontramos ouro, pedras preciosas, pérolas e diamantes'. Confessaram que foram garimpar."

"A história de cumprir mandado judicial é ridícula porque a polícia de Brasília não faz plantão em Tocantins. Ela, sim, foi mandada. O mandado foi mandado. Tudo foi mandado. E para o espaço também mandaram a lei processual."

Este, o aspecto da ilegalidade. Mas não fuja da questão: de que se acusa a governadora do Maranhão? A única acusação formal que existe, ajuizada numa ação civil pública, está assim formulada:

"Com relação aos membros do Condel que constam como os primeiros 19 réus na presente ação, mesmo tendo prévio conhecimento das ilegalidades existentes no projeto Usimar e, posteriormente, no voto em separado do representante do Ministério da Fazenda apontando e alertando para irregularidades na documentação apresentada pelos sócios do projeto, no dia da reunião do Condel, resolveram aprová-lo (fls. 474/500 _ vol. 03; 68/70 _ Dossiê II; 151/160 _ Vol. 01)."

O representante do Ministério da Fazenda não votou contra, e sim, aprovou sob condições, as quais enviou à mesa, por escrito, segundo a ata da reunião, como lembrou o governador Dante de Oliveira.

O Projeto Usimar propunha-se a construir uma siderúrgica e fabricar gusa, visto ser o Maranhão o maior exportador de ferro do país, fazer autopeças para a indústria automobilística, gerando milhares de empregos. Qual o governador que, estando presente a uma reunião, votaria contra seu Estado!

Qual o crime que praticaram a governadora do Maranhão e mais o governador Dante de Oliveira, os representantes dos ministérios da Defesa, da Agricultura, das Comunicações, da Educação, das Minas e Energia, da Integração, do Planejamento, dos Transportes, de Política Fundiária, do governador do Acre, do governador do Amazonas, do governador do Pará e do governador do Tocantins, do Basa, das classes produtoras, das classes trabalhadoras e o superintendente da Sudam, em aprovar o projeto Usimar?

Quem aprova projetos não libera recursos. As liberações de recursos são feitas pelo

Comitê Gestor de Incentivos Fiscais, constituído de técnicos nomeados pelo Executivo. Se o projeto é na sua implantação fraudado, a responsabilidade legal passa aos ordenadores de despesa, aos fiscais.

Isso é o que diz a lei. Mas não é a lei que se procura aplicar, é a política que se quer fazer, utilizando-se de expedientes, que caracterizam desvio e abuso de poder, como neste caso.

Acusam a governadora pela aprovação da Usimar e esquecem o ex-ministro José Serra, que responde ao processo 96.00.01079-0 por "improbidade administrativa _ ressarcimento ao erário", a outra ação, 2000.34.00.033429-7, com a finalidade de "reparação de danos ao erário", e ainda a várias outras ações ordinárias, cautelares, civis públicas, populares.

Alguém invadiu algum local para procurar comprometê-lo, ou atrás de pistas que pudessem ligá-lo às acusações? Eu seria o primeiro a condenar. O próprio presidente da República, cujo foro é o Congresso, tem parado na Câmara um processo de impeachment pedido por renomados advogados, que o acusam de compra de votos para sua reeleição. A Justiça do Distrito Federal mandou, no dia 6 de março deste ano, que o presidente da Câmara lhe desse andamento.

Há mais acusação contra a governadora? Nenhuma. Se existe, é secreta, circula em dossiês suspeitos, na arapongagem, no consta, no deve ser. Nenhuma acusação legal lhe foi feita.

Nada tem ela com Sudam, nenhum projeto Sudam ou Sudene, ou seja lá o que for. Seu comportamento sempre foi de uma mulher trabalhadora, séria e correta, tanto assim que mesmo após essa sistemática campanha, segundo pesquisa do IBOPE, detém no Maranhão 88% de confiança em sua honestidade e 85% na aprovação de seu governo, índice maior do Brasil.

Mas planejou-se esse escândalo com o objetivo de afastá-la da sucessão. Aí vem o mais ignominioso. Se não há nada contra ela, busca-se seu esposo, no preconceituoso machismo de mulher dependente do marido! Como envolvê-lo? Em 1994 _ portanto, oito anos atrás _, ainda não casado com ela, vendeu à empresa Nova Holanda, que fica a mil quilômetros de São Luís, uma gleba de terra, o que não tem nada demais.

Tiram então, nesse processo inquisitorial, a ilação sem nenhum indício, que era o marido da governadora ligado à empresa Nova Holanda. Há alguma coisa contra ela? Não.

A evidência da montagem foi tão primária que, para tentar justificá-la, dar um caráter de investigação, incluíram empresa que nunca figurou em irregularidades na Sudam e que é conhecida na região pela produtividade agrícola na nova fronteira de Balsas.

Aqui está o relatório final do grupo especial de trabalho criado para

examinar as denúncias sobre a Sudam, base de todo o inquérito. Está à disposição de quem quiser ver.

Então invadem a Lunus sob a capa de descobrir essa vinculação. Ridícula a montagem. Mas tudo é secreto, escondido. O acusado não sabe do que é acusado. Invade-se primeiro, depois se propala a finalidade da invasão e a acusação.

O padre Vieira foi encarcerado pelo Tribunal do Santo Ofício, também, sem saber do que era acusado. Sabem qual o método da Inquisição? Os juízes lhe perguntaram: _ Por que está sendo processado? Vieira respondeu: _ Eu é que devo dizer? Não os senhores? Será que é por causa da defesa que faço dos judeus? Responderam-lhe eles: _ O Senhor acaba de confessar sua culpa. Era assim o método da Inquisição.

Isto foi em 1663. Estamos em 2002 _ 340 anos depois _ e o método não mudou. Há que se perguntar ao acusado, e é ele quem tem que responder do que está sendo acusado? Vieira chamou seus julgadores de "equíssimos doutores" e, em seguida, esclareceu que não falava de equus mas de equidade.

Aqui está o mandado de busca, não cita nome, não tipifica nenhum crime, não revela o motivo da busca. Mas o delegado Paulo de Tarso Gomes diz: "vimos buscar ouro". É o subconsciente que fala: foram fotografar o dinheiro, fazer a foto para ser distribuída à imprensa, já que estavam espionando e gravando. Tratava-se do mesmo delegado encarregado de desmontar o dossiê Cayman.

E o procurador Mário Lúcio Avelar diz: "O processo envolvendo a Lunus nasceu com a busca e apreensão." Logo, não existia nada antes. Foi feito com esse objetivo.

O sr. Jorge Murad recebeu doação de pré-campanha, por ela assume toda e qualquer responsabilidade e por ela responde. Que a Justiça apure sua legalidade e tome suas decisões. Não é novidade que as campanhas políticas são feitas de doações. O senador Antônio Carlos conta, como testemunho, sobre a memória de seu grande filho, Luís Eduardo Magalhães, que viu, em 1994, o senador Andrade Vieira entregar cinco milhões _ hoje, atualizado, dez milhões _ como contribuição à pré-campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso, com a presença do candidato.

A última campanha eleitoral do presidente Fernando Henrique Cardoso custou oficialmente 43 milhões, mas a **Folha de S.Paulo** divulgou uma planilha que registra 53 milhões.

Vamos à etapa seguinte: quem executou tudo isso? A Polícia Federal. A quem está hierarquicamente sujeita esta instituição? Pela ordem, ao superintendente de Palmas. Depois, ao seu diretor-geral, ao Ministro da Justiça e, ao final, ao presidente da República.

Em casos como este, o mandado, ou seja lá o que for, principalmente contra um governador com foro privilegiado, tem que ser examinado pelos seus departamentos

jurídicos, para evitar justamente que pesem sobre o governo as suspeitas de parte no arbítrio.

Quem acredita neste país, qual o idiota, que uma ação desta magnitude seria armada sem que a máquina estatal de nada soubesse ou dela não participasse? Quem nesse país não sabe que foi uma ação política suja, com propósito determinado?

E, no fim da linha, é no mínimo estranho o fax ao presidente da República comunicando o sucesso da operação. E o número utilizado foi o do fax particular do presidente, protegido pela segurança presidencial, que só pessoas especiais sabem.

Neste mar de imprecisões, em que se espalham as versões, se fala que é um inquérito que tramita há três anos. Por que só agora, depois que a governadora do Maranhão subiu nas pesquisas, essa diligência foi tomada? O processo da Lunus é de agora, deste ano: 2002.43.00.000477-6. Montado agora. Está aqui o documento. Tudo agora, em cima das pesquisas. E, para farsa geral, com o timbre sigiloso.

Sigilo para proteger o vazamento, a calúnia, a mentira, o desrespeito à dignidade das pessoas, expostas a versões falsificadas, difamadoras e interessadas. A polícia _ o aparato do Estado _, dessa maneira, foi transformada em polícia política.

No Zimbawe, Roberto Mugabe, agora, acaba de ganhar a eleição. Confinou os dois candidatos de oposição e venceu. Mas a União Européia não aceitou o resultado e contestou a eleição. Na Colômbia, seqüestra-se também uma candidata, e aqui invade-se a empresa da segunda colocada nas pesquisas. No México, matou-se um candidato, Colósio, assassinou-se um outro, Ruiz Massieu, porque também podiam vencer. Tudo vale, nesse submundo da podridão das liberdades violadas.

Atrás, os dedos escondidos, os fingimentos, a desfaçatez das negativas, que não cabem no formalismo com que tentam esconder planos e objetivos. A data, a hora e a vez foram escolhidos _ sexta-feira, fim de tarde _, para impedir a tomada de medidas de defesa judiciais mais eficientes e rápidas. Os seus objetivos e os resultados estavam sendo aguardados por uma revista semanal, para que fosse sua reportagem de capa, até com outdoors. Não censuro a revista. Ela é um veículo e tem interesse em dar furos e noticiar. Censuro aqueles que prepararam a ação violando a lei e os direitos fundamentais.

Pois não é a lei que se busca cumprir. É o escândalo para caluniar. De que adianta dizer a Constituição que todos têm direito à defesa, que ninguém é culpado senão depois de julgado pela Justiça em procedimentos legais?

O aparato do Estado espalha, sem defesa, versões, documentos e calúnias. É assim que funcionavam os Dops, a Gestapo, pior hoje, neste tempo de comunicação em tempo real, em que a imagem de defesa é impossível. Uma vez solta a calúnia, nada pode recuperar a verdade.

O padre Vieira falava de penas soltas ao vento, impossíveis de recolher, e Beaumarchais ressaltava que a calúnia é uma arma tão terrível que destrói o direito do homem de tal forma que ele fica privado até de provar a própria inocência.

Senhoras senadoras, senhores senadores:
O que vejo no Brasil de hoje é o medo dos dossiês, das escutas, da espionagem na vida privada das pessoas. Todos têm medo. Ninguém tem confiança de que o aparato estatal não seja jogado contra si. Um amigo, diplomata estrangeiro, me disse: o clima no Brasil mudou muito. Está muito parecido com o Peru do tempo de Fujimori.

E, para perplexidade geral, esse clima foi criado num governo comandado por pessoas que lutaram contra o arbítrio.

Há um fato cuja recorrência impressiona e intriga. É que toda referência a esse estilo característico de espionagem e dossiês nasce no Ministério da Saúde e envolve o ex-ministro José Serra. Não é afirmação minha, é dos jornais. Mais que uma estratégia de campanha parece uma concepção de governo.

A primeira matéria que surgiu foi na revista "Carta Capital", há cerca de um ano. Aqui está o plano anunciado, que aconteceu exatamente como previsto. Leio a revista:

"...no Ministério da Saúde se teria produzido um conjunto de informações sobre atividades de Paulo Renato. Informações explosivas, pois indicariam uma das trilhas montadas pelo grupo em sua escalada rumo ao poder. Ainda segundo a história do dossiê, este teria sido montado no Ministério da Saúde, mais precisamente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, onde funcionaria um sistema espionagem. ...Eram sete os agentes, incluídos um ex-SNI e SAE [hoje Abin,] e um ex-chefe da Inteligência da Polícia Federal no governo Fernando Henrique." E dá os detalhes.

A imprensa em quase sua totalidade publica que esse mesmo grupo está conectado para essas ações políticas na Polícia Federal e no Ministério Público citando o delegado Marcelo Itagiba, ex-chefe do Departamento de Inteligência da Polícia Federal, ex-chefe do grupo de inteligência que se formou no Ministério da Saúde e que é, atualmente, o superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, e o Procurador José Roberto Santoro. É o que diz a **Folha de S.Paulo**.

"Delegado e procurador ligados a Serra atuam em investigações: o presidenciável tucano, senador José Serra (SP), conseguiu reunir sob as asas de aliados as duas principais investigações em curso que podem implodir a campanha de seus adversários. São eles o subprocurador da República José Roberto Santoro e o delegado de Polícia Federal Marcelo Itagiba."

Continuo lendo: "Em viagem a Palmas (Tocantins), há duas semanas, o subprocurador Santoro coordenou informalmente o pedido de busca e apreensão de documentos no escritório da pré-candidata pefelista e governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

Trocou idéias com o procurador Mário Lúcio Avelar, que foi o autor do pedido, e orientou a estratégia a ser adotada."

"José Roberto Santoro e Marcelo Itagiba fazem parte da tropa de choque de Serra no aparato policial e de investigação. Os dois já estiveram juntos antes."

"Ex-assessor especial de Serra no Ministério da Saúde, nos dois anos anteriores, o delegado Itagiba havia demonstrado grande desenvoltura no exercício de suas funções. No dia 9 de março de 1999, por exemplo, representou o então ministro numa reunião com a diretoria da Abifarma (Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica)."

"Foi propor aos donos e dirigentes de laboratórios brasileiros que investissem dinheiro numa entidade não-governamental a ser criada para investigar e combater a falsificação de medicamentos. A proposta foi aprovada, segundo ata da reunião."

Não estou inventando nada sobre ninguém. Estou lendo o que foi publicado. Não houve nenhum desmentido.

Naquele tempo do noticiário da revista "Carta Capital", a governadora do Maranhão não era o alvo, eram os concorrentes internos, Pedro Malan, Tasso Jereissati, Paulo Renato. O primeiro explodiu pelo veto político, foi fácil. Dossiê foi feito contra Paulo Renato, diz a revista. Tasso Jereissati também foi objeto de outro dossiê, para ser usado caso insistisse em ser candidato. Disseminou-se o método e o medo.

A serem verdade as aparências, montou-se um grupo estatal para ações políticas. Na Folha de S. Paulo, a jornalista Mônica Bergamo publica:

"Uma das primeiras atitudes do Procurador Mário Lúcio Avelar, do Tocantins, ao colocar as mãos na documentação apreendida foi disparar telefonemas para o procurador Santoro, considerado o mais próximo do candidato Serra."

"Gente, querem dizer que isso é do Serra? Então escreve: sou o procurador do Serra."

Na Saúde, o ministro Serra multiplicou gastos com empresa de ex-chefe de Telecomunicações Eletrônicas do SNI e professor da Polícia Federal. A Fence tem contratos hoje de R\$ 1,87 milhão, seis vezes mais do que no ano passado, muitas vezes maior que os contratos para proteger os 33 ministros do STJ.

O Ministério da Saúde, em vez de tratar das epidemias, dá prioridade às coisas de inteligência e espionagem. "Estranhas relações com o mundo dos arapongas", é manchete do "Correio Braziliense". E a revista "IstoÉ" desta semana: "Grampos, chantagem e baixarias".

São tantas as conexões, tantas as evidências, que não há como esconder a ligação dos atos contra a governadora do Maranhão à sucessão brasileira, que querem transformar numa farsa.

Sou eu quem diz isso? Não.

Uma unanimidade estabeleceu-se neste consenso: O governador Anthony Garotinho declara: "É estranho que a impressão digital do candidato do PSDB esteja tão presente na denúncia e na ação."

Disse Ciro Gomes: "Se há uma acusação, ela deve ser pública. Sempre que a polícia sai da delegacia para agir sobre um candidato é bom pôr as barbas de molho."

Luiz Inácio Lula da Silva: "Tudo pode ter acontecido, mas o caso deveria ter sido apurado antes de Roseana se tornar candidata."

Leonel Brizola: "Duvido que o presidente não soubesse. Francamente, ninguém comete um ato desses sem troco. Tem implicações."
Tasso Jereissati: "Um gesto de brutalidade que foi feito e é, a meu ver, inadmissível."

Jânio de Freitas: "O uso das engrenagens do poder está mais desabrido e intenso do que jamais. Se no começo é assim, depois não será menos incondizente com os direitos e a legalidade que tanto têm custado a estes país."

E José Genoino: "Quase ninguém mais duvida de que a governadora foi vítima de espionagem e manipulação política e eleitoral, no episódio da invasão da empresa Lunus."
Senhoras e senhores senadores:

A Polícia Federal é uma instituição de serviços prestados ao país. Tenho grande admiração por ela, e lá tenho bons amigos. É formada de homens de bem. O grupo que se envolveu nessa ação espúria não representa a Polícia Federal.

Agora mesmo, o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Francisco Garisto, pediu investigação ao diretor-geral e afirmou: "O policial deve se pautar pela legislação vigente, não pode se deixar levar por interesses políticos."

Senhoras senadoras e senhores senadores: Levei estes fatos ao conhecimento do presidente Fernando Henrique, comunicando o que ocorria. O presidente da República tem deveres indeclináveis, responsabilidades intransferíveis.

Seu juramento foi este: "manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

Ele conduz a nação, em sua pessoa a nação entregou sua tranqüilidade, suas leis, sua Constituição, a proteção de seus direitos. Achei que devia adverti-lo e evitar que o aparato estatal fugisse de controle. Meu gesto era de quem confiava.

Getúlio Vargas não mandou matar o major Rubem Vaz, na Toneleros. Mas Afonso

Arinos, em famoso discurso, disse do peso da responsabilidade presidencial sobre o aparato do Estado, e seus áulicos, que têm que ficar sob controle.

Falei ao presidente de denúncias que me chegaram. Agentes da Abin se tinham deslocado para o Maranhão, Piauí e Pará, devassando nossas vidas, de minha família, de meus amigos.

O presidente pediu ao general Cardoso que me procurasse. Ele me telefonou e agora, dias atrás, fez-me uma carta. Eu nunca duvidei da conduta do general Cardoso. Mas, o nome da Abin foi usado. Reportei-lhe que chegara ao meu conhecimento que agentes que sempre trabalharam na área de informação, não desmobilizados e não afastados da atividade, também haviam sido contratados pelo deputado Márcio Fortes para uma devassa na vida da governadora do Maranhão, acompanhar suas viagens, gravar suas conversas. O general Cardoso disse-me que isso podia ser possível e que ia investigar.

A mesma denúncia foi levada ao presidente da República pelo presidente Jorge Bornhausen e pelo senador Edison Lobão.

No dia do acontecimento, liguei ao presidente Fernando Henrique, na suposição de uma relação leal, não para cobrar nem pedir nada, mas para declarar que os meus temores anunciados se concretizavam.
_Presidente, lembra-se da nossa conversa? Não deixe conspurcar o seu governo!

Respondeu-me ele: _Eu nada sabia.
Não lhe havia cobrado se sabia ou não sabia. Mas disse-lhe:
_O senhor Ministro da Justiça devia saber.
Respondeu-me: _Não, e se ele soubesse e não me avisasse, eu o demitiria, hoje. À noite, o ministro Aloysio Nunes se gabava na televisão de que dera as ordens.

Em seguida li, perplexo e decepcionado, a declaração do presidente Fernando Henrique de que tudo era "tempestade em copo d'água." Foi uma declaração infeliz e reveladora, porque não foi esta sua reação no caso do senhor Chico Lopes, quando se falou em favorecimento pessoal no caso Marka/FonteCidam e bilhete encontrado sobre depósito de US\$ 1,6 milhão no exterior.

Leio declaração do presidente no "Jornal do Brasil", sobre aquele caso. Sua revolta. Sua indignação. "Não vejo nenhuma razão, nada que justifique o que aconteceu, nada realmente. Quero que a opinião pública brasileira repudie a volta do arbítrio no Brasil. Isto não tem sentido. Lutei muito contra o regime arbitrário, fui vítima dele. Acho que é preciso respeitar o Estado de Direito."

E agora: "Tempestade em copo d'água".
O ministro Malan foi mais longe _leio "Veja" _ "foi o dia mais triste que vivi no governo."

Na operação em casa do sr. Chico Lopes, além do registro de conta com o equivalente a R\$ 3,8 milhões no exterior, também foi encontrado dinheiro. "Apesar dos policiais

terem contado as notas _diz "O Estado de S. Paulo"_, o dinheiro não foi recolhido.
"Nem, muito menos, fotografado."

Agora, o presidente responde que o que fizeram com a governadora do Maranhão "é
tempestade em copo d'água."

Senadoras e senadores: Será o caso do Maranhão a mais urgente diligência neste país? Onde está o inquérito do ministério da Saúde sobre o lobista Paes dos Santos, sobre a suspeita de um senhor Duarte, recebendo quantias comprovadas em sua conta? O sr. Alexandre Santos até hoje não foi ouvido. No inquérito existente consta que a reunião para ouvir a denúncia apresentada pela jornalista Alba Chacon foi coordenada no Ministério da Saúde pelo subprocurador da República Santoro, estranho àquele órgão, conforme ata lavrada e incluída no inquérito. Baixou uma cortina de silêncio sobre o assunto. Está no inquérito e ele está parado.

Quero, também, dizer uma palavra sobre o Ministério da Justiça, elo das responsabilidades hierárquicas previsto na própria Constituição. Para que se veja o estilo destas coisas, vejam-se as pessoas. O atual ministro é um homem de biografia forte. Tem demonstrado em sua vida atos de extrema violência. Comunga a teoria de que os fins justificam os meios. Já participou de operações bem mais complexas do que invadir um escritório de uma candidata à Presidência da República.

Não é somente o passado do ministro da Justiça que é violento. O jornalista Fernando Moraes divulgou em "Último Segundo", jornal da Internet, episódio ocorrido no aeroporto de Cumbica ao tempo em que o Sr. Aloysio Nunes era vice-governador de São Paulo. A uma insinuação do jornalista e escritor Paulo Francis, respondeu com palavras de baixíssimo calão que o decoro não me permite repetir e ameaças de espancamento.

Da mesma forma, o decoro me impede de relatar o calão que acompanhou as ameaças de espancamento e de morte ao governador do Ceará que ele se permitiu fazer em frente do presidente da República.

Não dá tranquilidade a ninguém que um homem assim seja o guardião das liberdades públicas, das leis, da Constituição. Perguntam talvez os senhores: "E o senhor quando presidente, como se conduzia?"

Cito exemplos vivos. Em São Paulo, foi aberto inquérito na Cosipa, Companhia Siderúrgica Paulista, no qual procurou-se envolver o então senador Fernando Henrique Cardoso, porque teria indicado diretores da companhia. Chamei o então diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma _ele pode oferecer seu testemunho_ e disse-lhe que não permitisse jamais que se politizasse qualquer inquérito nem que se responsabilizasse alguém sem que o assunto estivesse devidamente esclarecido. E lembrem-se que o então senador Fernando Henrique Cardoso era um dos que mais atacavam minha pessoa e meu governo.

Mais ainda. Quando assumi o mandato de senador, em 1991, não tinha estreitas

relações com o senador Fernando Henrique, rescaldado ainda daquelas duras críticas. Mas nossas relações passaram a ser cordiais. E, sem perda de tempo, a primeira coisa que me pediu foi que lhe desse uma declaração, porque estava sendo acusado pelo ex-governador Orestes Quêrcia sobre a Cosipa, que eu dissesse que contra ele nada havia de pendente em relação ao caso. E eu então enviei-lhe uma carta nos termos em que me pediu.

Outro exemplo, senhor presidente, senhoras e senhores senadores. Em 1997, para intimidar o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, foi forjado também contra ele um inquérito, acusado de ter um contrato de gaveta sobre o apartamento em que morava. Sempre fomos adversários, Lula e eu, com ele nunca mantive relações pessoais, senão de respeito. Apenas por minha consciência, com a minha responsabilidade, escrevi, no dia 13 de junho de 1997, na **Folha de S.Paulo**, artigo intitulado "A Lula o que é de Lula."

"O país tem que aprender a preservar os seus homens públicos naquilo que têm de mais exemplar, que é sua vida. Não se trata de dar carta de imunidade a ninguém, mas não se pode, só porque o Lula é um líder de esquerda, aproveitar-se de sua notoriedade para, à custa dela, criar um escândalo."

Mas, senhor presidente, minha conduta nesses casos não ficou só aí. Quando o empresário Abílio Diniz foi seqüestrado, às vésperas das eleições, em 1989, quiseram envolver o PT como responsável por aquela ação criminosa, já que os seqüestradores sustentavam o caráter político do crime com símbolos de campanha. Chamei o Ministro da Justiça, Saulo Ramos, para que a Polícia Federal, por serem estrangeiros os sequestradores e a Interpol ter sido acionada, não entrasse no assunto e não envolvesse o PT só por suposições. O ministro Saulo Ramos chamou Romeu Tuma e determinou que não se politizasse o assunto. Estávamos a poucos dias da eleição presidencial e ninguém ia desvincular o fato de uma ação política. Não permiti, nem o ministro Saulo permitiu, e nem o senador Tuma. O Estado não pode fazer isso, nunca. Não pode agir por motivação política. O PT sabe desse fato.

Eu sou assim. Esta sempre foi minha maneira de ser. Então tenho autoridade para dizer ao senhor Presidente da República, mais uma vez: "Não deixe que seu governo seja conspurcado por coisas dessa natureza".

Precisamos ter cuidado quando quisermos julgar as aparências de atos formais como sendo atos legais. Sabe-se como se fazem estas coisas. Não devemos esquecer: Quantos milhões de pessoas foram levados ao forno crematório e às valas da Sibéria por investigações, inquéritos, papeluchos. Por um mandado foi Olga Benário levada das masmorras do Estado Novo para o campo de concentração. Processos, inquéritos, condenações políticas forjadas, foram sempre métodos de intimidação e liquidação de adversários, métodos já ultrapassados na humanidade. O Brasil não pode ter inquéritos secretos para provocar o medo, o terrorismo moral.

É este o estado democrático que queremos? Os policiais que invadiram a **Folha de**

S.Paulo, em 1991, também estavam munidos de mandado judicial, de documentos, de autorizações. Apreenderam documentos cotidianos e normais e os apresentaram como criminosos.

Senadoras

e

senadores:

Não estou aqui para defender filha ou candidatura. Por ela, não estaria na tribuna, tão veementes foram os apelos que me fez para não me meter neste caso depois dos graves problemas de saúde que enfrentei. Para honra minha, ela se conduz com seus próprios passos.

Falo pelo país e, mais ainda, para ajudar o presidente a libertar-se dessas pressões e não deixar manchar a imagem do Brasil. Que se diga a qualquer cidadão de que é acusado, tipifique seu crime, se assegure o direito de defesa. Que se condene quem tiver culpa. Mas que não se invoquem simulacros, mascarados sob a capa de formalidades. Seja respeitado o processo legal.

Respeitem os direitos individuais, as garantias constitucionais, e não usem o Estado para esse tipo de ação que denigre o país e as instituições. Não persigam.

Leio, agora, que o governo pede ao relator da ONU sobre alimentação que não vá ao Maranhão, pelos nossos índices. Isso me machuca. Peço que o senhor Jean Ziegler vá ao Maranhão. O Maranhão é dos Estados de menor índice de violência, e o sr. Ziegler disse que o Brasil enfrenta "uma guerra social", com "40 mil assassinatos por ano. Para a ONU, 15 mil mortos por ano são indicador de guerra."

O Maranhão para mim não é só inspiração. É vida, é saudade que não deixa de doer um só dia, é sonho, é amor demais. Ruins são, infelizmente, os índices. Mas não é o Maranhão o vilão do Brasil. O índice de desigualdade do Maranhão é melhor que o do Brasil _ Maranhão, 0.575; Brasil, 0.595. Não é o Maranhão que vai colocar o Brasil em situação ruim, em desigualdade social.

Pouco sabemos da Suazilândia, pequeno país dormitório da África do Sul, onde quase toda a população anda descalça. Da Nicarágua sabemos, porque está aqui perto. O que têm a Suazilândia, a África do Sul e a Nicarágua a ver com o Brasil?

É que os últimos países do mundo na desigualdade social, são Suazilândia, Nicarágua, África do Sul e Brasil, segundo o Pnud, órgão das Nações Unidas, em seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001. Estes são os problemas do país para os quais devemos conjugar esforços, e não denegrir a imagem do Maranhão.

Mais do que nunca o Brasil precisa ficar acima de qualquer suspeita, em todos os escalões, sobretudo nos órgãos encarregados de zelar pela Constituição e pelos direitos da cidadania.

Precisamos de paz. Todos sabem meu temperamento. Estou aqui para defender o país e suas instituições. Nunca persegui ninguém, não pesa em minha consciência ter

passado por cima de ninguém. Todos me conhecem e conhecem meu temperamento,
minha conduta.

Tenho certeza da grande contribuição que dei à consolidação da democracia no Brasil. Como presidente e como ex-presidente, nunca fiz outra coisa senão procurar ajudar o governo do Brasil e, nesse sentido, o país é testemunha do meu comportamento em relação ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sofre a governadora do Maranhão uma perseguição política, pelo fato de ser candidata. Ela não pediu, não disputou, não atropelou ninguém. Seus índices nas pesquisas foram dados pelo povo brasileiro. E ela está pagando por isso.

Eleições limpas, sem esses métodos, para resguardar a imagem nacional. Se isso não ocorrer, somente me resta, na defesa do processo democrático, irei bater às portas da ONU, da OEA, do InterAction Council e onde for necessário, pedindo observadores para as eleições, a fim de assegurar a vigilância internacional da nossa sucessão, sobre como o processo decorre, as pressões, legislação, e os métodos.

Estão acontecendo coisas que preocupam. A decisão do TSE sobre coligações cria um complicador novo, às vésperas da eleição, mudando o jogo, o que confunde. Discute-se sobre a quem interessa essa decisão, que eu julgo não pode ser colocada. Levantam-se suspeitas injustas que jamais deveriam envolver a Justiça Eleitoral.

O "Jornal de Debates" traz esta matéria: "Urnas eletrônicas: 2002 e a fraude anunciada". O ministro Nelson Jobim, segundo o "Correio Braziliense", diz que "há falta de confiança por parte de alguns partidos, e essa desconfiança pode comprometer a eleição". Acontece também que a Abin é a única detentora da chave criptográfica das urnas e do sistema eleitoral. E a Abin deve estar acima de qualquer suspeita. Enfim, há complicadores que se interligam.

É preciso meditar sobre estas coisas, e foi nesse sentido que pedi ao presidente do Senado para procurar o presidente do TSE e evitar atritos. Uma eleição não é fraudada somente nas urnas. O processo pode começar fraudado. Nos casuísmos, na suspeita sobre a segurança eletrônica, na intervenção do aparato estatal.

Como ocorreu em Watergate, as coisas deixaram pegadas. Aqui também. Algum jornalista vai descobrir a trama e um dia um best-seller vai aparecer, vai surgir o nosso prêmio Pulitzer, contando toda a história. E aí os responsáveis não terão como recorrer a negaças.

Não é possível que este processo fique oculto para sempre. Que seja apenas "tempestade em copo d'água".

Será assim que se pensa ser o futuro governo? Medite a nação sobre isso. O jornalista Élio Gaspari advertiu o país sobre o "perigo da mexicanização".

Otávio Frias Filho escreveu na **Folha de S. Paulo**: "O ambiente político está turvado de indícios de que a operação determinada pela Justiça contra a pré-candidata foi apenas a cobertura legal para manobra mais oculta e suspeita. A governadora foi alvo de uma rede de espionagem particular, denunciada de antemão, e que resultou num dossiê destinado a prejudicá-la."

"Mas estamos diante de algo preocupante. Trata-se do mais impressionante rolo compressor já montado na política recente. Dinheiro, recursos políticos, mídia, pressões, ameaças, tudo é usado para favorecer o candidato oficial. Detalhe importante: está sendo organizada uma estrutura paralela ao governo e a seu partido, algo sem precedentes." "The Economist", nesta semana, relata o episódio. É a revista de maior prestígio, a Bíblia do mundo globalizado, que diz:

"A senhora Sarney, governadora do Maranhão, afirma que a operação foi uma conspiração orquestrada pelo governo e seu candidato à Presidência, José Serra. Ela pode estar certa!" Assim, as eleições e o Estado brasileiro estão sob suspeita, também, internacional.

Já outro dia o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, sr. O'Neil, disse que os vergonhosos juros altos do Brasil eram devidos à corrupção. Aqueles que praticaram esta operação estão pensando que sua ação foi brilhante. Mas podem descobrir que estão errados se pensarem no mal que fizeram ao Brasil e ao presidente da República.

Esses métodos não podem prosperar. O presidente é o responsável perante a Constituição e a história. Se a governadora do Maranhão não fosse candidata, nada disso existiria. Se ela aceitasse ser vice e não dissesse que as mulheres em vez de vice podiam ser presidentes, certamente não estaria amargando essa manipulação de imagem cuja origem está no aparato estatal, fonte das versões.

No momento em que a independência judiciária é agregada à influência do Executivo, morre o Parlamento e não há mais liberdade, porque some o equilíbrio dos poderes. Nasce o arbítrio. No princípio com coisas que nos parecem menores, como as que relatei. Depois vai num crescendo e quando nos damos conta, tudo está perdido.

É sempre bom lembrar o pastor Niemoller, um dos líderes da resistência protestante contra o nazismo: Quando vieram buscar os comunistas, eu não disse nada, eu não era comunista.

Quando vieram buscar os judeus, eu não disse nada, eu não era judeu. Quando vieram buscar os católicos, eu não disse nada, eu não era católico. Então vieram me prender, e não havia mais ninguém para protestar. Peço que meditem sobre isso os políticos, a imprensa, o governo e o povo brasileiro.

Muito

obrigado.